



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

PROCESSO: 23443.004472/2023-22

PREGÃO ELETRÔNICO: 07/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAFÉ, AÇÚCAR, ÁGUA MINERAL E GÁS GLP, PARA ATENDER NECESSIDADES DA REITORIA DO IFAM E SEUS CAMPI.

Manaus, 09 de agosto de 2023.

MANIFESTAÇÃO Nº 002-2023/DEAT/DILOG/PROAD/IFAM

A presente manifestação trata da resposta ao pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 07/2023 realizado pela Empresa ALFAMAZONIA COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ nº 30.656.997/0001-01, situada na R. Prof. Castelo Branco, no 04, Qd. 04, Parque 10, Manaus/AM.

1. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto da impugnação de instrumento convocatório em processo licitatório na modalidade pregão eletrônico encontra embasamento no Art. 164 da Lei 14.133/21;

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à realização da sessão que está marcada para o dia 17/08/2023.

Desta forma, o pedido de impugnação ao edital é tempestivo.



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

2. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

A empresa ALFAAMAZONIA COMERCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA apresentou IMPUGNAÇÃO DE EDITAL, pelas razões abaixo:

2.1. Qualificação Técnico-Operacional

Inicialmente, cumpre salientar que a licitação visa, por meio de processo público que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, selecionar a proposta mais vantajosa à Administração.

Esta pode ser considerada a síntese da finalidade da licitação, produto da interpretação combinada do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal Brasileira com o art. 11 da Lei nº 14.133/21, cujos respectivos teores a impugnante ora transcreve:

Art. 37 da Constituição Federal Brasileira:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 11 da Lei nº 14.133/21, o processo licitatório tem por objetivos:

I – assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II – assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

Assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, são ações que a um só tempo satisfazem tanto o interesse dos licitantes quanto o interesse público, consistente na capacidade de contratar e empregar bem o dinheiro público.

Posto isto, considerando o Edital do pregão (PE no 007/2023), constata-se o não cumprimento dessa finalidade, haja vista a restrição da competitividade na exigência de



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

documentos de qualificação técnica que dificultam a preparação e participação, decisivamente, para empresas de pequeno porte.

Este é o item a ser impugnado:

8.37. Eventuais requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação, exigência, dentre os documentos de habilitação técnica, da chamada Autorização Especial, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, nas contratações para aquisição de medicamentos sujeitos a controle especial.

Conforme item 8.37. a licitante deverá apresentar Autorização Especial, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Todavia, como intermediárias, empresas de pequeno porte, costumam comprar os materiais de quem fornece e possui as documentações como licenças e registros, portanto limitar os documentos de qualificação técnica ao nome da licitante, seria excluir estas empresas do certame licitatório.

A licitante poderá comprovar sua capacidade de fornecimento, através dos atestados, como exigem os itens 8.32., 8.33. e 8.34., em seu nome, como deve ser. Contudo, licenças de operação, documentos de autorização, têm como finalidade demonstrar que o objeto a ser entregue é legal, genuíno e incontestável, o que poderá ser auferido mediante documentação do fornecedor da licitante.

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de constar no Edital que a licitante poderá apresentar documentação de qualificação técnica do seu fornecedor, com termo de compromisso entre eles. Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme art. 54, da Lei no 14.133/21.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO

Em face da constatação do item 8.37 na elaboração deste Edital e Termo de Referência, onde ao analisá-lo como requisito de participar do certame, observa-se que houve um



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

equivoco a qual deveria ser suprimida, visto que a exigência não cabe ao objeto a ser licitado.

Ademais, o próprio Tribunal de Contas da União, já se manifestou por diversas vezes (Acórdão nº/2239/2013, quanto a vicio administrativo sanável:

“Assim dispõe o CC no art. 91: ‘O erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o ato, quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada’. Eis o erro accidental, que, ao contrário do erro substancial (arts. 86 a 88 do CC), é perfeitamente sanável, desde que atendidos os requisitos do dispositivo supra. Vício sanável é irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (Acórdão TCU 2239/2018 Plenário).

Conforme consta no item 8.37. “Eventuais requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação, exigência, dentre os documentos de habilitação técnica, da chamada Autorização Especial, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, nas contratações para aquisição de medicamentos sujeitos a controle especial”.

Conforme disposição editalícia destacada no excerto acima, por não se tratar de vício insanável e sim mero erro administrativo sanável, sugere-se a continuidade do certame condicionada ao anexo de aviso para não exigência do item em questão. De forma discricionária ficando a critério a retificação do termo de referência e posterior publicação do edital.

Por derradeiro, entende-se que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado e sopesado conjuntamente com outros importantes princípios, tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações. Sendo assim, não há que se falar em ilegalidade ou alegação da exigência de cláusula “restrição da competitividade na exigência de documentos de qualificação técnica”.



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

4. DA DECISÃO

O pedido de impugnação apresentado, em razão das normas que permeiam os certames licitatórios devem, uma vez que presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, subsidiada pela área técnica demandante, com lastro nos posicionamentos levantados, a equipe de planejamento da contratação julga o pedido **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, no sentido acatar a remoção do item 8.37 do Termo de Referência e negar provimento quanto ao pedido de republicação do Edital e reabertura de novo prazo, mantendo assim, inalterado a data e horário inicialmente divulgados.

Demais diligências sobre o caso concreto, fica a critério do pregoeiro.